

Convocação extraordinária

por Marcos Magalhães
de Brasília

O Congresso Nacional deverá mesmo ser convocado para trabalhar durante o recesso parlamentar. "Será fatal", previu ontem o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ao explicar que o governo pretende reeditar, até 15 de janeiro, duas medidas provisórias: a que estabelece novos mecanismos para a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR) e a que regula o pagamento das mensalidades escolares.

As duas medidas não foram apreciadas durante o esforço concentrado patrocinado neste mês pelas lideranças do Congresso. Como elas perdem validade ainda durante o recesso, o governo vai reeditá-las e terá de convocar

os parlamentares para votá-las, como determina o artigo 62 da Constituição. Segundo o dispositivo, o Congresso deverá ser convocado extraordinariamente cinco dias após a publicação da medida.

O ministro Jarbas Passarinho adiantou também que o governo tomará uma decisão até o final da semana a respeito da questão salarial. A medida provisória que regulamenta a livre negociação salarial — que deixou de ser apreciada em razão da votação de um projeto de lei de conversão patrocinado pelo PMDB, o qual será parcialmente vetado — também perderá validade. A equipe econômica está avaliando se publica ou não uma nova versão para a medida.

Também está sendo anali-

sada pelo governo, segundo admitiu Jarbas Passarinho, a possibilidade de antecipar a reforma da Constituição, prevista inicialmente para 1993. O ministro considerou "aceitável" uma proposta apresentada a ele pelos deputados José Serra (PSDB-SP) e Nélson Jobim (PMDB-RS), que prevê a realização ainda em 1992, tanto da reforma constitucional quanto do plebiscito, que estabelecerá o sistema do governo para o País após a conclusão do mandato do presidente Fernando Collor de Mello. "Precisamos pensar na governabilidade do País", disse Passarinho, ao explicar que os fortes traços parlamentaristas da Constituição têm criado dificuldades para o presidente, eleito pelo sistema presidencialista.